



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse. www.jornaldocomercio.com/agro



Cargas fictícias são riscos no controle de grãos

Esquema registrado no Interior do RS reutilizava operações reais para gerar fraude; auditoria identificou inconsistências

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

A Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco) de Cruz Alta efetuou ontem a 13ª prisão relacionada à Operação Romaneio, que apura um prejuízo superior a R\$ 6 milhões causado a 3tentos por fraudes em registros de entrega de grãos por uma cerealista ligada à empresa, com sede em Santa Bárbara do Sul. Deflagrada pela Polícia Civil na semana passada, a operação passou a expor não apenas um caso policial, mas também desafios de controle operacional e governança enfrentados por empresas do agronegócio com grande volume de recebimento de cargas. As investigações seguem em andamento e novos desdobramentos não estão descartados.

Segundo o delegado Ricardo Drum Rodrigues, titular da Draco de Cruz Alta, o esquema utilizava

operações legítimas de recebimento para criar cargas fictícias posteriormente faturadas pela empresa.

O funcionamento começava com uma entrega regular de grãos. O caminhão ingressava na unidade, passava pelo processo normal de pesagem, descarregamento e emissão do romaneio – documento que registra a operação. Depois disso, conforme a investigação, os dados daquela carga eram reutilizados para gerar um novo lançamento fraudulento. “Esse caminhão legítimo vai lá, descarrega, é pesado e sai. Em seguida, eles utilizavam o peso daquele ticket numa outra carga. E aí essa carga não existia”, afirmou Rodrigues.

Conforme a polícia, os investigados alteravam placas de veículos e utilizavam nomes de supostos produtores rurais para registrar entregas inexistentes. Em alguns casos, foram identificadas placas incompatíveis com caminhões utilizados no transporte de

grãos. “Até placa de motocicleta teve”, disse o delegado.

A investigação aponta que os valores eram posteriormente direcionados para terceiros utilizados para recebimento das operações investigadas. Rodrigues afirmou que diversos aparelhos celulares foram apreendidos durante a operação e que as diligências continuam.

A Draco também identificou que os supostos produtores utilizados nas operações não atuavam efetivamente na produção rural. Segundo o delegado, apenas um possuía cadastro antigo de produtor, enquanto outros utilizaram registros vinculados a pequenas propriedades familiares.

As apurações apontam que as fraudes ocorreram ao longo de 2025 e seguiram até abril deste ano, embora a polícia não descarte a possibilidade de fatos anteriores ainda não identificados. Outro ponto apurado é que os investiga-



TÂNIA MEINERZ/JC

Cerealista teria causado prejuízo acima de R\$ 6 milhões a 3tentos

dos ligados à empresa já haviam sido desligados antes da operação policial. Os últimos afastamentos ocorreram cerca de 15 dias antes da ofensiva. Dos 13 presos até agora na operação, oito são ex-funcionários.

Rodrigues destacou que o impacto do caso vai além do prejuí-

zo financeiro. “Para a confiabilidade de uma empresa com capital aberto, isso é muito”, afirmou.

O delegado ressaltou ainda que não há indicação de prejuízo direto a produtores rurais legítimos, já que as operações fraudulentas eram criadas a partir de cargas fictícias.

Especialista destaca importância do compliance como mecanismo de proteção

A investigação teve origem após uma auditoria interna realizada pela própria 3tentos, que identificou inconsistências no processo de recebimento de grãos ainda em janeiro e comunicou os fatos à Polícia Civil. Em nota, a companhia informou que constatou “indícios de fraude envolvendo o processo de pesagem de grãos” e reiterou política de “tolerância zero a práticas ilícitas”.

Para André Maya, consultor de compliance da Flow Compliance, casos desse tipo normal-

mente revelam fragilidades em mecanismos internos de controle, ainda que posteriormente identificadas pelos próprios sistemas de auditoria da empresa.

“Certamente havia uma falha ou alguma deficiência interna de controle que estava possibilitando esse tipo de fraude”, afirmou. Segundo Maya, programas de integridade e compliance têm justamente a função de atuar na prevenção, identificação e correção de riscos corporativos. “A lógica do compliance é

prevenção, detecção e remediação”, resumiu.

O especialista avalia que operações com grande volume de cargas e documentos exigem múltiplas camadas de verificação e controle, especialmente em atividades de recebimento e faturamento. Entre os sinais de alerta, ele cita operações repetidas com características muito semelhantes de volume, data e horário.

Maya também destaca a importância de diferentes níveis de

autorização – as chamadas “alçadas” – para operações de maior valor ou complexidade. “Existem procedimentos que exigem alçadas diferentes autorizando e, eventualmente, inclusive uma passagem pelo compliance da empresa, para que haja um olhar mais objetivo sobre a operação”, explicou.

Para ele, a velocidade da reação institucional também pesa na preservação da reputação corporativa. “Uma atuação rápida e colaborativa com as autoridades

coloca a empresa numa posição de vítima de um golpe e contribui para resgatar a reputação da empresa”, afirmou.

O consultor acrescenta que casos como esse ajudam a reforçar a importância de mecanismos internos de controle e integridade dentro das empresas. “Muitas vezes as empresas enxergam compliance apenas como custo. Casos assim ajudam a mostrar o valor desses mecanismos de controle”, afirmou.

Brasil atinge metade da cota da China para carne bovina e pode ser taxado



ABIEC/DIVULGAÇÃO/JC

Com salvaguardas, Abiec prevê queda de 10% nas exportações em 2026

O Ministério do Comércio da China afirmou que o Brasil atingiu, no sábado, a marca de 50% das cotas impostas por Pequim neste ano como medida de salvaguarda. Membros do setor privado, porém, afirmam que o número é superior, levando em consideração a carga já embarcada que ainda não chegou aos portos chineses. Com isso, é possível que o Brasil atinja o limite antes de agosto. No final de dezembro, Pequim impôs uma medida de salvaguarda determinando que países que ultrapassassem a cota estabelecida pelo país asiático para a carne bovina seriam taxados em 55%.

O Brasil será taxado caso exceda 1,1 milhão de toneladas em 2026. Para se ter uma ideia, a China respondeu por 48% do volume exportado em 2025, com 1,68 milhão de toneladas e US\$ 8,9 bilhões. O segundo destino, os EUA, registrou 271,8 mil toneladas e US\$ 1,64 bilhão. A determinação, vigente desde janeiro, terá duração de três anos.

A questão é uma das mais sensíveis para o governo no que diz respeito ao setor, uma vez que o país é o principal destino da carne bovina brasileira. O entrave levou o Brasil a tentar negociar saídas, como a redistribuição das cotas remanescentes de

outros países, o que foi negado pelo regime chinês.

Agora, o governo mira outros mercados para tentar reduzir as perdas. O principal alvo são os Estados Unidos, que não têm condições de abastecer o mercado interno sem importações, diante da forte demanda e da redução do rebanho local. Ainda assim, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) afirma que nenhum destino é capaz de suprir o vácuo deixado pela China. A entidade projeta queda de cerca de 10% nas exportações em 2026 devido às medidas de salvaguarda chinesas.